

MEIO AMBIENTE E ECONOMIA DE COOPERAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA. O CASO DO POVO TIKUNA NO BRASIL, COLÔMBIA E PERU

JACKSON BENTES

Jackson.bentes@lasalle.org.br

Investigador de Pós Doutorado em Relações Internacionais no OBSERVARE-Universidade Autónoma de Lisboa. Pós-Doutor em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Doutor em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Graduado em Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade La Salle de Canoas, RS. Diretor Geral da Faculdade La Salle/Manaus (Brasil). Diretor do Centro Educacional La Salle. Docente da disciplina "Ética", "Educação" e "Filosofia" do UNILASALLE/Lucas. Membro do grupo de Pesquisa da Universidade La Salle-Canoas/RS. Tem experiência na área de Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia, Ética e Filosofia da Educação, História da Educação. Avaliador do BASis. <http://lattes.cnpq.br/8595759894540190>

BRÍGIDA BRITO

bbrito@autonoma.pt

Professora Associada, Coordenadora do Mestrado em Relações Internacionais, Subdiretora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa e do OBSERVARE-UAL (Portugal). É investigadora integrada o IPRI-Nova. Doutora e Mestre em Estudos Africanos, Socióloga com Pós Doutorado concluído sobre temáticas socioambientais desenvolvido no Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL. Consultora na elaboração de diagnósticos prévios e avaliação de projetos de cooperação para o desenvolvimento, colaborando com entidades públicas, organizações da sociedade civil portuguesas e africanas, e organizações internacionais, entre as quais o Banco Mundial. Os seus interesses de investigação são enquadrados pela relação socioambiental, os impactos sociais e humanos das alterações climáticas e a sustentabilidade. <https://orcid.org/0000-0002-1683-5593>

Resumo

O artigo resume um estudo em curso sobre tribos indígenas da Amazônia e a forma como estas superam os desafios, desde a preservação ambiental até a sustentabilidade das comunidades. O problema formulado tem o intuito de compreender os impactos socioambientais e culturais emergentes da denominada "economia de cooperação" dos Tikunas e os fluxos económicos globais na fronteira Brasil-Colômbia-Peru. É abordado como essa relação gera conflitos e adaptações, mas também reconfigura territórios em meio à preservação da floresta. O objetivo é analisar a intercepção entre a "economia de cooperação" e a exploração económica que ocorre na tríplice fronteira da Amazônia (Brasil-Colômbia-Peru), reconfigurando dinâmicas socioambientais e culturais, determinando os mecanismos de adaptação, resistência e conflitos diante das pressões internacionais que afetam a governança territorial. A pesquisa, de carácter exploratório, segue uma abordagem multidisciplinar que associa perspectivas das relações internacionais, ecologia e economia, valorizando uma epistemologia indígena. Foi seguida uma investigação bibliográfica e estudo de campo através do método qualitativo de análise. Para prossecução dos fins de análise da interação entre a preservação ambiental, os hábitos de vida Tikunas e as necessidades económicas locais, foram utilizadas técnicas como o inquérito e o estudo de campo. Os primeiros resultados favorecem a compreensão dos conflitos entre expansão económica e manejo da floresta amazónica no



meio de complexidades inerentes à gestão sustentável de terras de preservação, respeitando culturas indígenas e desafios económicos regionais.

Palavras-chave

Emancipação, Libertação, Resistência, Sahara Ocidental, Mulheres.

Abstract

The article summarises an ongoing study of indigenous tribes in Amazonia and how they overcome challenges that include environmental preservation and community sustainability. The problem formulated aims to understand the socio-environmental and cultural impacts emerging from the Tikunas' so-called "economy of cooperation" and global economic flows on the Brazil-Colombia-Peru border. It looks at how this relationship generates conflicts and adaptations, but also reconfigures territories in the midst of forest preservation. The aim is to analyse the interception between the 'economy of cooperation' and economic exploitation that takes place on the triple frontier of the Amazonia (Brazil-Colombia-Peru). This reconfigures socio-environmental and cultural dynamics, determining the mechanisms of adaptation, resistance and conflict in the face of international pressures that affect territorial governance. The research, which is exploratory in nature, follows a multidisciplinary approach that combines perspectives from international relations, ecology and economics, valuing an indigenous epistemology. A bibliographical research and field study were carried out using the qualitative method. In order to analyse the interaction between environmental preservation, Tikuna lifestyles and local economic needs, techniques such as surveys and field studies were carried out. The initial results favour an understanding of the conflicts between economic expansion and management of the Amazon rainforest within the complexities inherent in the sustainable management of preservation lands, respecting indigenous cultures and regional economic challenges.

Keywords

Tikuna peoples, Amazonia, economy of cooperation, environmental preservation, Triple Frontier.

Como citar este artigo

Bentes, Jackson & Brito, Brígida (2025). Meio Ambiente e Economia de Cooperação na Tríplice Fronteira Amazônica. O Caso do Povo Tikuna no Brasil, Colômbia e Peru. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 16, Nº. 1. Maio-Outubro 2025, pp. 468-488. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.16.1.21>.

Artigo recebido em 2 de fevereiro de 2025 e aceite para publicação em 17 de março de 2025.





MEIO AMBIENTE E ECONOMIA DE COOPERAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA. O CASO DO POVO TIKUNA NO BRASIL, COLÔMBIA E PERU

JACKSON BENTES

BRÍGIDA BRITO

*[Cooperação] Ajudei meu irmão a escalar uma montanha, e no
final percebi que também cheguei ao topo.*

Autor desconhecido

Introdução

A preservação da Amazônia constitui um desafio global que demanda a articulação e a cooperação entre as comunidades locais e a comunidade internacional.

Costa (1992 *apud* Oliveira e Mondardo, 2014) aponta uma questão comum vivida na tríplice fronteira, também denominada de trapézio amazônico, que liga o Brasil, a Colômbia e o Peru. Independente de suas nacionalidades, as comunidades locais tendem a manter vivos os laços e os elementos identitários que possuíam como lugares de cultura de origem.

A preservação e a proteção da biodiversidade da Amazônia requerem ações coordenadas entre os diferentes atores, nomeadamente os Tikunas, o governo e as instituições envolvidas. Desta forma, a concertação possibilita desenhar um arcabouço estratégico para o desenvolvimento de políticas públicas integradas promovendo um equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade. Este entendimento ganha relevo em um ano em que o Brasil recebe a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP30¹.

¹ O Brasil se prepara para sediar a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro de 2025. Disponível em: <https://cop30nopara.com.br/> [consultado em 31 de março de 2025].



Agregando esse eixo estratégico aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030² da Organização das Nações Unidas (ONU), foram definidos quatro ODS ambientais diretos e pelo menos três ODS relacionados com as temáticas ambientais³.

Como ressalta Lima (2020, n.p.), a vasta biodiversidade da região amazônica torna a sua conservação uma prioridade para o equilíbrio ecológico mundial. Os recursos naturais da Amazônia, são ameaçados a cada ato humano de degradação do ambiente. Por outro lado, fragilizam a vida dos povos que vivem na e da floresta, inviabilizando práticas econômicas sustentáveis e modos de vida dos povos autóctones, impedindo que estes desempenhem um papel crucial na sustentabilidade e vivência harmônica com a floresta.

O presente artigo apresenta resultados provisórios decorrentes de um projeto de investigação que visa compreender as dinâmicas criadas através das vivências dos Tikunas no meio ambiente. O papel do povo Tikuna na conservação da biodiversidade é o pressuposto da pesquisa tendo presentes as pressões dos grupos econômicos interessados em explorar as riquezas dos subespaços amazônicos com o mundo globalizado em um movimento de "fluidez territorial" (Arroyo, 2001)⁴. Conforme Arroyo (2001) as ações modernizantes trazem consigo, a reboque, naturais crises de transição e suas consequentes repercussões espaciais, na tríplice fronteira. Esta é uma região na qual existe o "livre acesso" para os povos da região, em especial indígenas, à informação e ao capital, onde se estabelecem relações de "livre comércio" e, também de cooperação.

Albert e Kopenawa (2010) discutiram sobre o impacto das políticas ambientais e econômicas dos povos indígenas na Amazônia, que não gozam do devido cuidado, o que compromete o seu desenvolvimento, mas também do bioma que abriga uma biodiversidade inigualável. A floresta exerce um papel crucial na regulação climática global, gerando equilíbrios socioambientais.

O problema de pesquisa busca compreender como se articulam os impactos socioambientais e culturais decorrentes da relação entre a economia de cooperação dos povos Tikunas, ancoradas em modos de subsistência, e os fluxos econômicos globais na tríplice fronteira amazônica (Brasil-Colômbia-Peru). Decorrentes desta relação configuram-se conflitos, adaptações e reconfigurações territoriais em um contexto de preservação da Amazônia.

O objetivo do artigo é analisar como a intersecção entre a economia da cooperação da comunidade Tikunas e a descoberta econômica na tríplice fronteira amazônica reconfigura as dinâmicas socioambientais e culturais, averiguando os mecanismos de adaptação, resistência e conflito contra as pressões internacionais que infundem a governança territorial.

² A Agenda 2030 (2015-2030) foi acordada e estabelecida na Cimeira de Nova Iorque de 2015 aquando do balanço sobre os resultados da implemetação dos antecessores Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000-2015).

³ Os ODS ambientais são o 6º referente à água potável e saneamento, o 13º respeitante à ação climática, o 14º centrado na vida marinha, e o 15º vocacionado para a vida terrestre. Paralelamente, os ODS7 sobre energias renováveis e acessíveis, o ODS11 sobre cidades e comunidades sustentáveis, e o ODS12 sobre produção e consumo sustentáveis relacionam-se com temáticas ambientais.

⁴ In Arroyo (2001), entendido com a qualidade dos territórios nacionais que permite uma aceleração cada vez maior dos fluxos que o estruturam, do conjunto de objetos concebidos para garantir o movimento, como acontece na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.



E, como objetivos específicos, é proposto:

- a) estudar o efeito das atividades econômicas, tais como o agronegócio, a mineração e o desmatamento, sobre as comunidades indígenas e o ambiente;
- b) estudar as práticas de uso e conservação sustentável dos recursos naturais desenvolvidas pelos Tikunas; e
- c) estudar as políticas regionais e as ações internacionais, como a Agenda 2030 e os ODS, para a conservação da Amazônia e o desenvolvimento sustentável das comunidades Tikunas.

Metodologicamente, a pesquisa exploratória permitiu a coleta de dados recolhidos na aldeia indígena e uma conceituação multidisciplinar do problema de pesquisa, incorporando ideias dos campos das Relações Internacionais, Antropologia, Ecologia e Economia. Uma epistemologia indígena foi valorizada, seguida de revisão bibliográfica com análise crítica e trabalho de campo.

Sustentado em Elman (2005), foi adotado o emprego de "tipologias explicativas" como ferramenta metodológica de pesquisa qualitativa em política internacional. A sugestão de Figueiredo Filho (2019) é a escolha dos modelos adequados à interpretação crítica dos resultados. Na obra "A interpretação das culturas" (Geertz, 1978) é apresentado o conceito de "descrição densa (*thick description*)", como interpretação cultural voltada para a análise da interpretação dos símbolos e dos significados encaixados na prática social.

Entre as técnicas utilizadas, destacam-se:

- a) a entrevista semiestruturada a membros da comunidade Tikuna e outros atores que desenvolvem trabalho com os indígenas enquanto representantes de organizações ambientais e religiosas;
- b) a análise documental de políticas públicas e acordos internacionais relacionados com a preservação da Amazônia;
- c) o trabalho de campo que incluiu a observação *in loco* das condições ambientais e sociais nas áreas de fronteira, nomeadamente visitas ao território Tikuna e às áreas desmatadas.

O artigo inicia com a apresentação da metodologia, objetivos e abordagem do problema que reflete as intersecções cotidianas na fronteira Brasil-Colômbia-Peru. E, finalmente, o povo Magüta (Tikunas) é introduzido a partir da "tradição da criação", os elementos da cultura e da identidade, entre os quais a língua e sua relação com a terra, já que esta última é concebida como a casa sagrada para este povo ameríndio que habita as terras da região amazônica sem fronteiras demarcatórias⁵.

⁵ "Em termos de suas propriedades específicas, a língua Ticuna apresenta pontos em comum com algumas outras línguas indígenas faladas no Brasil, ao mesmo tempo que oferece características desafiadoras, quer quanto à fonologia, quer quanto à fonologia quer quanto à sintaxe" (Soares, 2008, n.p.). [...] o Ticuna é



Dado ser um modelo de referência internacional em relação aos Objetivos e metas, é apresentada a Agenda 2030. Os ODS podem ser entendidos como uma proposta para o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental, colocando os povos Tikunas como colaboradores para a proteção dos ecossistemas terrestres. Em seu contexto, o ODS15 que se dedica à proteção dos ecossistemas terrestres (United Nations, 2015) ganha relevância na análise. Por fim, é exposta a aplicação de políticas públicas locais e das iniciativas globais como a Agenda 2030.

Uma investigação *in loco* foi usada para aprender mais sobre o estilo de vida deste grupo, práticas e uso sustentável dos recursos naturais disponíveis. A economia de cooperação dos Tikunas é primordial para garantir a sustentabilidade da floresta, pois é baseada no uso sustentável dos recursos naturais.

O direcionamento investigativo que envolve o meio ambiente e os povos indígenas, objetiva analisar a intersecção entre a economia de cooperação⁶ e a exploração econômica na tríplice fronteira amazônica. O conhecimento desta realidade se faz por meio de uma aprendizagem sobre *andar nas trilhas amazônicas* com olhar atento à natureza, ampliando o entendimento a respeito do modo de vida dos Tikunas.

1. Fatores antropogênicos no sobreuso da natureza

A relação socioambiental é ancestral atendendo ao facto de que a natureza, na vertente dos espaços e dos recursos, sejam vivos ou inertes, de fauna ou de flora, sustenta a vida humana. É na natureza que as comunidades encontram fontes de subsistência, utilizando-as para a transformação produtiva e para a rentabilização econômica. Esta relação não parece ser um problema, já que tem acompanhado a vida humana ao longo dos tempos.

A preocupação surge sempre que a interação entre as populações humanas, nas múltiplas formas de intervenção – individuais, comunitárias, corporativas e empresariais ou estatais, nacionais, regionais ou internacionais – resultam em modelos de atuação ambientalmente intrusivos. Tendencialmente, estes geram desequilíbrios ameaçando a sustentabilidade⁷, em particular na perspectiva do longo prazo.

Paul Crutzen e Eugene Stoemer exploram o conceito de “The Age of Humans” a propósito da abordagem do Antropoceno, traduzida na concepção de que,

O mundo entrou numa nova era geológica, a do Antropoceno, que significa época da dominação humana. Representa um novo período da história do Planeta, em que o ser humano se tornou a força impulsionadora da degradação ambiental e o vetor de ações que são catalisadoras de uma provável catástrofe ecológica (Crutzen e Stoemer, 2000, n.p.).

importante para o conhecimento das línguas naturais e para a compreensão da história dos povos e das línguas indígenas faladas no Brasil.

⁶ A denominação “economia de cooperação” respeita às atividades praticadas em conjunto pelos Tikunas em prol do grupo, tais como a agricultura de subsistência, a caça, a pesca e o artesanato.

⁷ A sustentabilidade é aqui assumida em consonância com os princípios apresentados e defendidos no Relatório Brundtland (Brundtland [1987], 1991), a saber a interdimensionalidade sistêmica e a solidariedade intergeracional.



Este é o período que foi iniciado com a Revolução Industrial (Maldonado, 2017; Crutzen, 2002) e que, ao longo do tempo, foi potenciado pela expansão econômica, o que também permite associar o conceito mais recente de Capitaloceno, largamente desenvolvido por Andreas Malm (2020; Arons, 2020). Nestas abordagens, o mundo do capital, entendido como decorrente da ação empresarial e corporativa sobrepõe-se aos interesses da natureza, utilizando-a muitas vezes sem planejamento, degradando-a e contribuindo para a esgotabilidade de partes ou do todo, eventualmente com um sentido irreversível.

Os ecossistemas vulneráveis, ora identificados com endemismos, ora associados a meios naturais intensamente procurados pela atividade extrativa, transformadora e exportadora são os mais afetados pela intervenção humana não planeada. Estes são os casos das bacias hidrográficas dotadas de minerais rentistas como por exemplo o ouro objeto do garimpo, ou das florestas densas e tendencialmente tropicais que revestem extremo interesse para o setor madeireiro dada a existência de madeiras nobres e árvores centenárias e de grande porte que garantem elevadas margens de rentabilidade.

Ainda que envolvendo planejamento no uso, a percepção de que existem limites planetários é cada vez mais uma realidade no seio da comunidade científica. Will Steffen *et al* (2015) desenvolveram esta abordagem alertando para os riscos inerentes. Este conceito oferece um enquadramento que permite definir as zonas de fronteira entre o equilíbrio planetário e o risco socioambiental a partir da identificação e caracterização de nove indicadores⁸.

Atualmente, e por referência ao ano de 2023, dos nove limites planetários identificados, seis foram ultrapassados encontrando-se em situação de risco. De uma forma geral, pode considerar-se que, a nível mundial, quatro destes limites planetários estão diretamente relacionados com os impactos socioambientais. As implicações geradas para as comunidades que vivem na dependência do meio natural resultam impactantes, não sendo fácil nem imediata a sua reversão. Desta forma, considera-se que as mudanças climáticas, as alterações no uso do solo, os modelos de utilização da água doce, incluindo a quantidade, e a integridade da biosfera no sentido genético e funcional são as dimensões que produzem implicações diretas na vida das comunidades locais. Estas quatro dimensões afetam diretamente os modelos de vida comunitários, em particular se forem consideradas comunidades vulneráveis pela ancestralidade e tradição na relação que estabelecem com os espaços naturais e com os recursos. De ressaltar que, aparentemente, as populações indígenas são as que sentem os impactos dos limites

⁸ Os nove limites planetários considerados são as mudanças climáticas, com destaque para a contínua subida da temperatura do ar e do mar, os eventos climáticos extremos e a sua frequência; a incorporação de novas entidades, em que se enquadram os organismos geneticamente modificados e os microplásticos; a destruição do ozono atmosférico com o agravamento do buraco na camada de ozono; o carregamento de aerossóis atmosféricos, nomeadamente a contaminação da atmosfera por aerossóis produzidos por humanos ou as micropartículas resultantes da queima de combustíveis fósseis e dos incêndios florestais; a acidificação dos oceanos, destacando-se o agravamento do branqueamento dos corais com possibilidade de extinção em algumas regiões do mundo; os fluxos bioquímicos, incluindo os ciclos do fósforo e do nitrogénio com uso excessivo de fertilizantes químicos no solo; o uso da água doce, definido como recurso vital, sofrendo pressão por parte da agricultura intensiva, pastagens e criação de gado; a integridade da biosfera, do ponto de vista genético e funcional; e a mudança no uso do solo, traduzida pela transformação de florestas, terrenos de pastagem e pântanos que passam a ser utilizados para agricultura intensiva e pecuária após ações de desflorestação. Disponível online em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1259855> [consultado em 31 de março de 2025].



planetários de forma mais direta, já que são as que mantêm uma relação estreita com os espaços e os recursos, deles dependendo.

2. Os guardiões da floresta: resistência às intervenções da modernidade

O povo *Magüta* é também conhecido como Ticuna ou Tikuna⁹. Os Tikunas são um dos grupos indígenas mais numerosos da Amazônia¹⁰, povo ameríndio que habita a região fronteiriça entre o Trapézio Amazônico: Brasil (57.571), Colômbia (8.000) e Peru (6.982), totalizando mais de 72.553 nativos¹¹.

De La Rosa (2000, p. 296) descreve sobre a situação social-histórica destes povos que lhes foi imprimida pelos brancos, como “natural” e fruto de um castigo divino¹².

Ao longo de gerações, esses grupos têm desempenhado um papel central na proteção da floresta amazônica, construindo modos de vida sustentáveis com base no uso dos recursos naturais. O ambiente onde os Tikunas vivem, incorporando práticas sustentáveis de terra em seu modo de vida tradicional, é um modelo de coexistência harmônica com a natureza que deve ser cuidadosamente aprendido.

Nas aldeias ou comunidades, as práticas tradicionais de manejo sustentável dos recursos naturais não são mais comuns, as plantações dão lugar aos alimentos industrializados. Posey (1999) destaca que o conhecimento cultural e espiritual dos povos indígenas é essencial para a preservação da biodiversidade. Entre os Tikunas, a distribuição de áreas de cultivo, a valorização de espécies nativas e o manejo sustentável dos recursos naturais são práticas que garantem a subsistência das famílias gerando um equilíbrio ecológico.

O grande repto que se instaurou às comunidades dos Tikunas residentes na tríplice fronteira consiste em como enfrentar os desafios severos decorrentes de atividades de devastação que ameaçam essa coexistência harmônica com a “mãe natureza”. Essa relação é, pois, ameaçada pela pressão de atividades como o desmatamento¹³, a mineração e a expansão do agronegócio, que colocam em risco tanto a floresta como as próprias comunidades.

⁹ Cf. Museu Nacional/UFRJ (1985, p. 67-68). Merece destaque a origem da criação do povo *Magüta*, contada pelos anciãos, que Ngutapa, o Deus da criação, existia antes de todos, não tendo pai ou mãe.

¹⁰ Estudos Tikuna. Outras denominações do Povo da língua Ticuna. “A maior concentração da população Tikuna ocorre no grupo de pessoas entre 5 e 29 anos, o que representa aproximadamente 58% do total. Se somarmos a este valor o de pessoas com menos de 5 anos, a percentagem sobe para 70,5%, dados que nos permitem constatar que esta localidade é majoritariamente constituída por jovens e crianças” (Nosso Povo, s.d., p. 02).

¹¹ Cf. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tikuna> [consultado em 31 de março de 2025] constituem o maior grupo indígena do país.

¹² Cf. De La Rosa (2000) sobre o mito da queda dos Ticuna – “cuenta que los primeros seres humanos, los *magüta*, eran poderosos e inmortales pero se convierten en mortales y pierden sus poderes al apartarse de las leyes tradicionales, instituídas por el dios Yoi. Como consecuencia de esa pérdida de su condición semidivina pero También como otra forma de castigo los *mnagüta*, ya convertidos en los ticuna, son dominados por los blancos”.

¹³ O desmatamento, a exploração madeireira e os incêndios florestais associados aos eventos de El Niño cada vez mais frequentes e intensos, poderão aumentar significativamente as emissões de carbono oriundas de mudanças no uso do solo (Moutinho, 2006). Disponível em: <https://ipam.org.br/entenda/como-o-desmatamento-contribui-para-as-mudancas-climaticas/> [consultado em 31 de março de 2025]



Na tríplice fronteira¹⁴, a língua tikuna destaca-se como parte do patrimônio cultural imaterial¹⁵ a ser protegido, dada a importância de salvaguardar a biodiversidade e o legado cultural dos povos que vivem em harmonia com a floresta. Nesse contexto, a preservação da cultura, das tradições e dos costumes dos povos indígenas é fundamental para o equilíbrio ambiental. Diferente dos modelos de exploração intensiva que têm gerado grandes impactos ambientais na região, as práticas tradicionais dos povos indígenas baseiam-se no respeito e no entendimento dos ciclos naturais da biodiversidade e da interdependência entre os seres vivos.

Os povos indígenas são, portanto, guardiões da fronteira e atores essenciais para a preservação da Amazônia. Eles habitam vastas áreas de floresta e possuem conhecimentos ancestrais que promovem uma convivência harmônica com a natureza. A rotação de áreas de cultivo, a utilização de técnicas de manejo sustentável e a valorização de espécies nativas são exemplos de práticas que garantem a preservação dos ecossistemas, ao mesmo tempo que oferecem subsistência para as comunidades¹⁶.

2.1. O Povo Tikuna: entre a preservação e a exploração da floresta

A floresta amazônica é, para os Tikunas, não apenas uma localização geográfica, mas um lar sagrado e fonte de sustento espiritual e material. Em seu estudo, Da Silva *et al* (2020) descobriram que a vegetação da Amazônia é essencialmente composta de floresta ombrófila tropical densa e pluvial, floresta ombrófila aberta e campinarana.

Estes padrões florestais são favoráveis à proteção, caça e outras práticas dos Tikunas, enraizadas em um conhecimento ancestral sobre a terra, a biodiversidade e os ciclos naturais. Paralelamente, oferecem um modelo eficaz em prol da sustentabilidade. As práticas desenvolvidas contrastam fortemente com as atividades econômicas predatórias de empresas multinacionais e que promovem o desmatamento e a exploração de ouro¹⁷, com uso de mercúrio, além de outros produtos que têm causado danos ao meio ambiente.

O cenário atual da Amazônia é marcado por rápidas mudanças globais, testemunhadas pelo crescimento das atividades econômicas e pela exploração dos recursos naturais. O crescimento dessas atividades extrativas ou exploratórias necessita de uma análise crítica da inter-relação entre o meio ambiente, a economia e os povos indígenas. Essas dinâmicas socioeconômicas e ambientais provam que a sustentabilidade da Amazônia não será alcançada sem o envolvimento ativo dos povos indígenas.

O povo Tikuna não apenas desempenha um papel crucial na salvaguarda da biodiversidade da Amazônia, mas também enfatiza o imperativo de adotar e implementar

¹⁴ A situação de fronteira conjugada com o fluxo migratório intenso fez com que municípios construíssem as suas relações socioeconômicas ao longo dos anos. Este é o caso do município de Letícia, na Colômbia, e da cidade de Tabatinga, no Brasil, ou o município de Puerto Nariño, na Colômbia, e a cidade de Caballo Cocha, no Peru (Hayashi, 2020; Observatório Regional Amazônico, 2000, p. 2) Disponível em: <https://oraotca.org/pt/povosindigenas/> [consultado em 31 de março de 2025]

¹⁵ A este respeito, é de notar como referido na nota 5 que a língua Tikuna apresenta aspetos comuns com outras línguas indígenas brasileiras.

¹⁶ Estes elementos foram observados no decurso da pesquisa no terreno e confirmados pelas entrevistas realizadas.

¹⁷ O garimpo é uma prática que, mais do que local ou comunitária, tem vindo a ganhar relevo através da atividade de grupos organizados.



políticas que levem em consideração as realidades locais e mundiais. Fortalecer suas práticas e garantir seus direitos territoriais são ações essenciais para a preservação da floresta, tornando-se uma peça-chave para atingir as metas estabelecidas e promover o equilíbrio socioeconômico-ambiental.

O papel dos povos indígenas vai além de uma mera resistência cultural. Eles são agentes centrais na preservação ambiental, contribuindo para o equilíbrio ecológico e para a mitigação das mudanças climáticas através das suas atividades de preservação do ecossistema florestal e consequente conservação de espécies. A compreensão desse complexo de inter-relações entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade exige uma abordagem integrada e sistêmica que reconheça o valor do conhecimento tradicional indígena, integrando-o nas políticas públicas e em projetos de preservação.

Cunha (2009) argumenta que a cultura indígena, muitas vezes subestimada nas políticas públicas de conservação, contém saberes fundamentais para a preservação ambiental. As terras indígenas, quando devidamente protegidas, são mais eficazes na conservação da biodiversidade do que as áreas de preservação administradas exclusivamente pelo Estado (Brush, 1993).

Desta forma, promover o equilíbrio entre um crescimento econômico e a preservação da floresta na região amazônica faz-se necessário e urgente. As práticas de uma "economia de cooperação" na agricultura de subsistência, na caça e pesca e no artesanato usadas pelos indígenas para seu sustento mostram-se fragilizadas em um ambiente manipulado por atividades predatórias, que invadem as suas terras e se apropriam dos recursos naturais.

2.2. A floresta dos Tikunas, o lar sagrado

A preservação da floresta na Amazônia é uma tarefa das mais desafiadoras para a sociedade brasileira, que requer a colaboração entre sociedade, governo e o homem amazônico, devendo-se incluir, nesta tarefa, as instituições internacionais que possuem interesse nas riquezas amazônicas.

O desmatamento que ocorre na região soma-se à arrebatadora mineração, às mudanças climáticas, aos incêndios florestais e às atividades ilegais. Não obstante, aos esforços do Governo Brasileiro ao implementar projetos como o *Plano Amazônia: Segurança e Soberania* (AMAS)¹⁸.

O AMAS mostra o compromisso por parte do Governo Brasileiro em contemplar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, corroborando para que se constitua como um arcabouço normativo para o desenvolvimento de políticas voltadas à proteção ambiental, à redução das desigualdades e à promoção de práticas econômicas sustentáveis.

¹⁸ O AMAS é uma das principais estratégias de implementação do *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal* (PPCDAm) e foi instituído com o objetivo fortalecer presença do Estado na Região Amazônica e intensificar o combate a crimes ambientais e conexos. [Consultado em 02.11.2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/plano-amazonia-seguranca-e-soberania-sera-fortalecido-com-injecao-de-r-318-milhoes> [consultado em 31 de março de 2025]



De forma particular, o Povo Tikuna tem concordância com o ODS15, que visa “assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais” (United Nations, 2015, n.p.).

Ao assumir como meta até 2030, o Brasil mostra compromisso para conservar as *Áreas de Preservação Permanente* (APP), *Reservas Legais* (RLs) e *terras indígenas* como vegetação nativa. A *floresta dos Tikunas* é a área mais atingida pela falta de efetividade das políticas governamentais e os povos indígenas os mais prejudicados.

O que se constata é que, nos últimos anos, o Brasil não vem cumprindo com seu compromisso de usar os sistemas de preservação como *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC), *Áreas de Preservação Permanente* (APPs), *Reservas Legais* (RLs) e outras categorias¹⁹, para preservar - inclusive - os 30% das terras indígenas da Amazônia, necessitando de medidas urgentes para cumprir a meta. A necessidade de políticas nacionais e dos compromissos internacionais, tais como o Acordo de Paris, devem cada vez mais estar em consonância entre si e serem postos em prática.

É preocupante que os povos indígenas, no caso os Tikunas e as comunidades ribeirinhas, definidas como o *homem amazônico*, habitantes das áreas de fronteira entre o Brasil, Colômbia e o Peru, (à margem das cidades de Tabatinga, Letícia e Ilha de Santa Rosa (cf. Mapa 1), tenham que conviver diariamente com os impactos gerados pelo avanço de atividades predatórias como o desmatamento, a exploração madeireira, mineração, agricultura extensiva e pecuária, além dos incêndios provocados por grupos criminosos.

Com aborda Castro (2002, p. 162) em “*A Inconstância da Alma Selvagem*”, o pensamento do povo indígena segue uma cognição distinta do homem ocidental, principalmente nesta relação com a natureza. Para o autor trata-se de um modo de pensar intrigante e inovador que é exemplificado na caracterização e recursiva do dualismo e da formulação internacionalizante e autorreferencial do ameríndio.

A relação dos Tikunas com a natureza é uma vivência que fortalece a sua cultura e, a partir dos recursos naturais obtêm tudo o que é necessário para a sobrevivência e o bem-estar da comunidade indígena. Esta dinâmica se aloca no que Castro (2002) chama de “luta contra os automatismos intelectuais de nossa tradição”.

Para os Tikunas, a floresta também é fonte de conhecimento espiritual, o que quer dizer que, para eles, há uma relação simbólica que transcende o mundo material, fazendo parte de um complexo sistema de consolidação no qual a natureza e os espíritos interagem diretamente no cotidiano do povo. Esse respeito pela natureza é uma lição valiosa na era das mudanças climáticas e do desmatamento. Os Tikunas têm um modelo

¹⁹ Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e para serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e a representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas. Disponível em www.ipea.gov.br [consultado em 31 de março de 2025].



de existência sustentável que contrasta com o uso explorador dos recursos florestais por empresas ou grupos estrangeiros que estão invadindo a floresta amazônica.

Mapa 1. Diagnóstico socioambiental da tríplice fronteira: Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru).



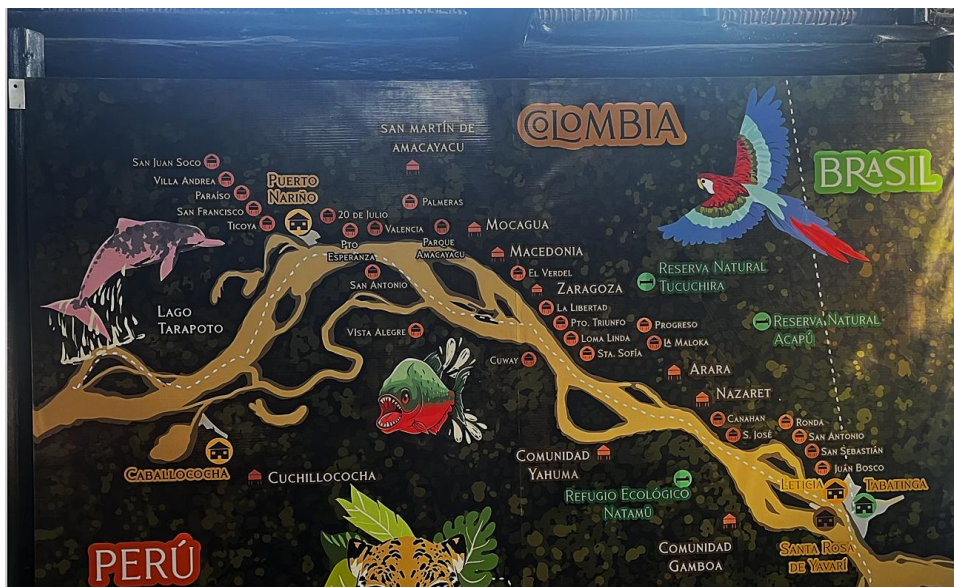
Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-triplice-fronteira-entre-Tabatinga-Brasil-Leticia-Colombia_fig31_358686796 [consultado em 31 de março de 2025]

A floresta amazônica é mais do que uma área geográfica para os Tikunas (cf. mapa 2), é a terra natal do gênero sagrado e o suporte material e espiritual deste grupo. Eles têm um uso costumeiro dos recursos em combinação com o ecossistema, o que revela um amplo conhecimento da biodiversidade. Esse respeito em relação à natureza é uma lição importante em tempos de mudanças climáticas e destruição ambiental, pois os Tikunas apresentam um modelo de vida sustentável que contrasta com o uso predatório dos recursos amazônicos por parte de empresas ou grupos externos que exploram a floresta. Eles utilizam técnicas tradicionais de manejo de recursos que estão em harmonia com o ecossistema, incluindo a agricultura de subsistência, a caça e a coleta. Estas práticas são sustentáveis porque o fazem de maneira a garantir a renovação dos recursos, zelando pela preservação da floresta.

É neste espaço, caracterizado como lar sagrado, que o indígena edifica o sustento espiritual e material da sua coletividade ou que, segundo Castro (2002), preserva a imaginação como fator não canônico do pensamento e desconstrói modelos pré-formados, conjecturando outros.



Mapa 2. Ilustração da região amazônica habitada pelos Tikunas na Tríplice Fronteira: Brasil, Colômbia e Peru



Fonte: Pintura feita por um artesão local da cidade de Puerto Nariño – Colômbia, registro próprio.

3. Os Tikunas e a agenda 2030

A Agenda 2030, ao propor o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental, coloca os povos indígenas no centro das discussões. O ODS15, que trata da proteção dos ecossistemas terrestres, é uma questão relevante para os Tikunas, cuja organização social, está intrinsecamente ligada à integridade da floresta (Nações Unidas, 2015). Descola (2012) argumenta que as práticas indígenas devem ser reconhecidas como modelos de sustentabilidade, pois se baseiam no manejo equilibrado dos recursos naturais e na preservação das espécies nativas. Além disso, estes desafios também estão ligados a outros ODS, tais como o combate a pobreza (ODS1), a segurança alimentar (ODS2) e o fomento de ações que promovam o combate a má nutrição nas comunidades tradicionais.

Muitos dos objetivos dos ODS abordam os perigos mais iminentes que as crianças e os adolescentes enfrentam, sendo um dos mais relevantes a desnutrição, que ameaça a vida das crianças e prejudica a sua saúde e seu crescimento físico, sua educação e seu futuro. A desnutrição crônica ainda é um problema em grupos mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2018, a prevalência de desnutrição crônica entre crianças indígenas menores de cinco anos era de 28,6% (Resumo Executivo Unicef, 2019, p. 6). Os números variam entre etnias, alcançando 79,3% das crianças ianomâmis (Fundação Abrinq, 2023, p. 28).

Brush (1993, p. 151) enfatiza que os índios têm um sólido conhecimento dos ecossistemas locais e que esse saber foi coletado ao longo de séculos. A sabedoria



engloba práticas capazes de estender a diversidade da paisagem e facilitar a reconstrução da biodiversidade nos ecossistemas degradados. O conjunto de práticas seguidas pelos Tikunas para a preservação da biodiversidade é o resultado de uma experiência histórica de experimentos e de provas, atualmente refletindo uma adaptação benevolente do homem ao ambiente.

Para que os ecossistemas e a biodiversidade sejam gerenciados de forma sustentável, é imperativo que o complexo conhecimento-prática-crença dos povos indígenas seja reconhecido e valorizado. Incentivar sistemas de gerenciamento de recursos baseados na comunidade é uma forma estratégica de preservar tal conhecimento e garantir a sustentabilidade ambiental.

O combate às alterações climáticas globais não pode apenas ser reduzido a ações externas, mas deve incorporar ativamente as comunidades que vivem em ecossistemas vulneráveis. A experiência tradicional dos Tikunas no uso sustentável da terra, gestão da biodiversidade e controle do fogo pode ser adicionada às estratégias de desenvolvimento sustentável e contribuir eficazmente para a mitigação dos efeitos climáticos. Esta integração é especialmente fundamental no ecossistema amazônico, onde a floresta desempenha uma função reguladora-chave no equilíbrio climático global.

Manter comunidades sustentáveis na Amazônia, como as dos Tikuna, é uma tarefa complexa, mas crucial para o cumprimento dos ODS e dos compromissos assumidos no âmbito da Agenda 2030. Esta meta exige um esforço concertado e sem precedentes de todas as partes interessadas envolvidas, incluindo governos, organizações internacionais e sociedade civil. Em particular, o ODS13 – Ação contra a mudança global do clima – tem sinergias importantes com outros ODS, tais como ODS6 – Água potável e saneamento, ODS7 – Energia limpa e acessível, ODS9 – Indústria inovação e infraestrutura, e ODS11 – Cidades e comunidades sustentáveis. Manter uma comunidade sustentável é uma quimera, mas necessária e impreterivelmente urgente para que sejam alcançados os ODS, sabendo que essa missão exige um esforço incomparável de todos. Nesse sentido, é oportuno lembrar que não basta exigir políticas públicas eficazes, é necessário garantir a sua aplicação em escalas geográficas e de Relações Exteriores para que sejam administráveis.

A Agenda 2030 da ONU, cujo objetivo é alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões econômica, social e ambiental, contém a conservação de ecossistemas terrestres como um dos seus maiores objetivos (ODS15 - Vida Terrestre). Ademais, outros ODS abordam diretamente os desafios com os quais são confrontados os povos indígenas da Amazônia, como o combate à pobreza (ODS1), a segurança alimentar (ODS2), o acesso a educação de qualidade (ODS4) e a promulgação das sociedades pacíficas e inclusivas (ODS16). Dessa forma, os povos indígenas como os Tikunas não aparecem apenas como destinatários dos objetivos mundiais, mas também como protagonistas na aplicação de soluções sustentáveis para a Amazônia.

A preservação da Amazônia passou de um desafio local para uma preocupação global, mas que, finalmente, precisa de um processo de articulação para permitir que as comunidades locais avancem na cooperação com a comunidade internacional. A implantação de políticas integradas promove o desenvolvimento econômico, nos moldes do desenvolvimento sustentável, para que essas políticas não estejam apenas escritas



na Agenda 2030, mas façam parte de políticas nacionais, regionais e internacionais de inclusão social e de sustentabilidade ambiental.

Portanto, é oportuno salientar que a preservação das terras indígenas é a porta de entrada para a conservação das áreas iníquas da floresta. A pesquisa desenvolvida estabelece que as terras indígenas são mais eficientes na conservação da biodiversidade do que as unidades de conservação sob a administração do Governo Brasileiro.

3.1. De que maneira o povo Tikuna pode auxiliar o alcance da agenda 2030?

Ao longo de gerações, os grupos Tikunas foram responsáveis pela preservação da floresta amazônica, desenvolvendo estilos de vida baseados no uso sustentável dos recursos naturais.

O Relatório Brundtland ([1987] 1991) foi o impulso hegemônico na abertura da discussão acadêmica do desenvolvimento sustentável, dando início ao conceito que serviu de base para os ODS. São esses modelos, frequentemente esquecidos pelas práticas tradicionais de desenvolvimento, que podem ser a base para o manejo sustentável e conservação a nível global.

Segundo Sachs (2015) é importante incentivar os cidadãos para usar um modo holístico de lidar com problemas globais que hoje nos parecem insolúveis, tais como a pobreza extrema e persistente. Nesse sentido, é importante explorar os princípios dos ODS e compreender como as práticas inovadoras podem promover o desenvolvimento sustentável.

Ao pesquisar a presença do plurilinguismo na região da tríplice fronteira, Viana e Margotti (2021, p. 40) percebem o alto índice de violência contra as comunidades originárias que ajudou a dizimar centenas de grupos indígenas e, como consequência, o extermínio das línguas que eles falavam. No entanto, os mesmos autores (Idem, p. 43) observam que a língua tikuna vem sendo utilizada de modo predominante. Consequentemente a continuidade, ou persistência no uso da língua, é o fomento cultural das gerações alternantes. Um mero exemplo pode ser procurado no caso das crianças e adultos rindo e discutindo na língua nativa.

Além de sua rica herança cultural e linguística, os Tikunas também habitam um ambiente onde a conservação da floresta amazônica torna-se cada vez mais importante. Neste triângulo fronteiriço, a língua tikuna é uma obra de patrimônio cultural imaterial. Não há dúvida de que esta precisa de ser protegida, defendendo-se a necessidade de preservar a biodiversidade e o patrimônio de pessoas que vivem em completa harmonia com a floresta.

En cuanto al conocimiento del castellano, casi la totalidad de este pueblo indígena tiene habilidades para hablarlo (cerca del 84,5%), y un pequeño porcentaje (8%) no tiene ningún conocimiento de él, es decir, solo habla el tikuna. Estas grandes porcentagens indican que o processo de alfabetização em Tikuna não é recente. (...) Con respecto a las habilidades para leer y escribir en tikuna, aproximadamente la mitad de las personas pertenecientes



a este pueblo saben leer en su lengua, y un 34,5% adicional sabe, además, escribirla. Estos amplios porcentajes indican que el proceso de lectoescritura en tikuna no es reciente (Nosso Povo, s.d., pp. 2-3).

Nessa medida, a preservação da cultura, das tradições e dos costumes das pessoas indígenas é determinante para a manutenção do equilíbrio ambiental. Posey (1999, p. 4) destaca que o conhecimento cultural e espiritual das pessoas indígenas desempenha um papel fundamental na conservação da biodiversidade. A ordenação espacial das zonas de cultivo, a valorização de espécies nativas e o manejo sustentável dos recursos naturais constituem práticas que garantem a subsistência dessas comunidades. Apesar do caráter iminentemente pragmático dessas técnicas de conservação e de gestão, os povos indígenas tradicionais frequentemente as compreendem como elementos intrínsecos de uma base espiritual que permeia as suas relações com o meio ambiente.

Toda a criação é sagrada, e o sagrado e o secular são inseparáveis. A espiritualidade é a forma mais elevada de consciência, e a consciência espiritual é a forma mais elevada de conscientização. A esse respeito, uma dimensão do conhecimento tradicional não é conhecimento local, mas conhecimento do universal como expresso no local.

Nas culturas indígenas e locais, existem especialistas que são peculiarmente conscientes dos princípios organizadores da natureza, às vezes descritos como entidades, espíritos ou leis naturais. Assim, o conhecimento do meio ambiente depende não apenas da relação entre humanos e natureza, mas também entre o mundo visível e o mundo espiritual invisível (Posey, 1999, p. 4).

Na cultura dos Tikunas as práticas de gestão e de conservação têm este caráter pragmático e que normalmente se entende como um conhecimento vindo da base espiritual. Alheios aos padrões de exploração intensiva, e que podem ser definidos como fatores antropogênicos (Crutzen, 2002) tendo provocado impactos ambientais gigantescos na região, as práticas tradicionais dos Tikunas da tríplice fronteira e dos demais povos indígenas se baseiam num profundo respeito e num conhecimento dos ciclos naturais, da biodiversidade e da interdependência entre os seres vivos.

Os indígenas são assim os protagonistas da defesa da Amazônia, trabalhando para alcançar as metas dos ODS e em particular do ODS15. Esses atores não apenas habitam imensas selvas, mas também têm a velha e preciosa memória que põe em funcionamento uma habitação respeitosa no mundo natural. Uma alternância de terra cultivada, uma adoção de práticas de manejo sustentável e a valorização das espécies locais são apenas alguns casos de uma atividade que preserva os ecossistemas enquanto oferece subsistência às comunidades. Essas práticas, muitas vezes ignoradas pelas abordagens convencionais do desenvolvimento, podem ser usadas como modelos de gestão e conservação globais, alinhando-se aos princípios delineados pelos ODS e adotados na Cimeira de Nova Iorque de 2015.

A partir disso, fica claro como o desatento para com circunstâncias como a manutenção da cultura, das tradições e dos hábitos das populações indígenas é relativamente



responsável pela degradação ambiental, e põe em risco não apenas o ecossistema amazônico, mas também a própria subsistência das populações que beneficiam da floresta, bem como as implicações diretas com outros ecossistemas além-fronteira.

3.2. Conflitos ambientais e pressões sobre as comunidades indígenas: Desafios para sustentabilidade

A tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru é uma das áreas mais impactadas pela exploração ilegal de recursos naturais associada a práticas de desmatamento, mineração e queimadas criminosas. Essas práticas, além de afetarem a biodiversidade, geram consequências desafiadoras à gestão ambiental e impactam a sobrevivência das comunidades indígenas, cujas práticas econômicas, sociais e tradicionais são comprometidas com a degradação ambiental (Cunha, 2019).

A expansão dessas atividades predatórias de natureza antropogênica agrava a perda da biodiversidade e o desequilíbrio ecológico, aguçando os conflitos sociais e a marginalização das populações indígenas, obrigadas a abandonar os seus modos de vida tradicionais em busca de alternativas econômicas factíveis.

Ramos (1998, p. 276) sustenta que o indigenismo no Brasil foi caracterizado por uma sequência de políticas públicas envolventes, sem a referência às necessidades efetivas das populações. E destaca a ambiguidade da sociedade brasileira frente às populações indígenas, festejadas ao mesmo tempo como símbolos da maturidade nacional e combatidas como obstáculos ao desenvolvimento. Essa dupla vertente se manifesta em políticas públicas aparentemente envolventes e que, frequentemente, não atendem às necessidades efetivas dessas comunidades.

Nas áreas de fronteira, tais como entre as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Ilha de Santa Rosa (Peru), esta questão se materializa, com a expansão do agronegócio, a desflorestação da madeira, a contaminação dos recursos hídricos, a mineração e a pecuária pressionando as populações locais.

Os desafios com os quais os povos Tikunas se confrontam na implantação da preservação da Amazônia, segundo Almeida (2020), Santos (2019) e Little (2021), são cada vez mais sofisticados, em especial nas áreas fronteiriças. A perda da biodiversidade e a degradação ambiental não só colocam em risco os ecossistemas, mas também a segurança alimentar, a saúde e a cultura das comunidades indígenas, cujos modos de vida estão intrinsecamente conectados com a integridade da floresta. A preservação das práticas tradicionais indígenas ajuda a garantir a sustentabilidade da Amazônia e o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) inscritos na Agenda 2030. Por isso, é essencial reconhecer e fortalecer o papel das comunidades indígenas na preservação ambiental, incentivando políticas públicas integradas com os conhecimentos tradicionais. Com uma abordagem colaborativa, será possível superar os desafios ambientais e sociais que ameaçam a Amazônia e seus povos indígenas.



Considerações finais, ainda que parciais

Apresentamos dois pontos que foram abordados a partir da pesquisa realizada junto às comunidades Tikuna, tendo em mente a preocupação de esclarecer o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação da floresta amazônica através de práticas inerentes a uma "economia de cooperação". Culturalmente, o ecossistema com sua biodiversidade é um dos mais ricos do mundo, atravessando a tríplice fronteira amazônica, entre o Brasil, a Colômbia e o Peru.

As relações econômicas caracterizam-se pela presença de uma "economia indígena de cooperação" muito semelhante ao que Godbout (1992) chamou de economias comunitárias. A cooperação pode ser entendida como um sistema articulado com a cosmovisão, a gestão territorial e a reprodução cultural. Um governo sustentável exige um diálogo para "bem viver", conforme críticas ao desenvolvimento sustentável hegemônico (Acosta, 2010) em contraste com agendas globais como os ODS.

Submetido a destacar a complexa interação entre o meio ambiente, a economia e as comunidades indígenas, além da sua interdependência, é necessário adotar uma abordagem integrada que considere tanto a tradição das práticas de conservação como as pressões econômicas e sociais que são impostas pela modernização (UNDP, 2020, p. 188).

Os diversos desafios enfrentados no território direcionam-se desde a conservação do meio ambiente até a sustentabilidade das comunidades indígenas, sem deixar de focar em soluções baseadas na natureza que possam abarcar os efeitos das condições climáticas extremas na saúde, entre outros aspectos (UNDP, 2020, p. 188).

Na compreensão da teoria da dependência de recursos, é possível verificar que a incorporação de fluxos globais exerce pressão sobre a autonomia das comunidades indígenas. De referir a esse propósito, o incentivo a atividades econômicas insustentáveis, como o desmatamento, a mineração e exploração de madeira, e a poluição dos recursos hídricos. Consequentemente, estas ações ameaçam a proteção da integridade da floresta e a sobrevivência dos Tikunas. A luta contra a preservação da cultura, tradições e hábitos dos Tikunas é uma busca não só de justiça social, mas também de uma política de conservação da biodiversidade e de promoção de um desenvolvimento sustentável efetivo (UNDP, 2020, p. 188).

A falta de eficácia das políticas públicas e a vulnerabilidade na implementação de acordos internacionais, como a Agenda 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são expressas nas comunidades Tikuna devido à falta de políticas públicas em geral e focadas na conservação ambiental.

Os órgãos dos governos tiveram programas políticos de nome *Bolsa Verde*, do lado brasileiro, e *Pagamento por Serviços Ambientais*, do lado colombiano, mas embora estes Governos demonstrem um esforço na proteção dos territórios indígenas e o reconhecimento de seus direitos fundamentais são necessários investimentos que assegurem a conservação da Amazônia e o desenvolvimento sustentável das comunidades fronteiriças (UNDP, 2020, p. 189).

Os "incentivos globais também importam" ao serviço dos hábitos sustentáveis de gestão dos recursos naturais que os Tikunas adotaram e que são a chave do determinante papel



da preservação da floresta e da fauna. A agricultura de subsistência, a pesca e o artesanato aliados a um respeito intrínseco pelos ciclos naturais oferecem um modelo coexistente entrelaçado com a harmonia da natureza. É através do contato adequado dessa temática que ao longo do artigo foram comparados com as malfadadas atividades: contaminação dos rios, corte ilegal de madeira e mineração. Estas práticas dos Tikunas não apenas garantem a subsistência das comunidades, mas também contribuem para a conservação da biodiversidade e para o controle dos efeitos das alterações climáticas (UNDP, 2020, p. 188).

Em princípio, a proteção da tríplice fronteira amazônica requer uma cooperação internacional e regional efetiva, a implementação de políticas sólidas e o respeito pelo valor do conhecimento tradicional indígena. É requerida uma abordagem holística e inclusiva, na direção de preservar a floresta amazônica e garantir o bem-estar das comunidades que dela são dependentes, de acordo com os princípios da Agenda 2030 (UNDP, 2020, p. 189) e tendo o foco na construção de um futuro sustentável tanto para a vida humana quanto para a natureza.

Referências

- Acosta, Alberto (2010). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante.
- Almeida, M. W. B. (2020). *Povos indígenas e a conservação da Amazônia: conhecimentos tradicionais e sustentabilidade*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Arons, Wendy (2020). Tragedies of the Capitalocene. *Journal of Contemporary Drama in English*, 8(1), pp. 16-33.
- Arroyo, Monica. (2001). *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- Albert, Bruce; Kopenawa, Davi. (2010) *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras. 768 p.
- Brundtland, Gro Harlem (org). ([1987] 1991). *Nosso futuro comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Brush, Stephen B. (1993). Indigenous Knowledge Systems and the Conservation of Biodiversity. *American Anthropologist*, 95(3), pp. 653-671
- Castro, Eduardo Viveiros de (2002) *"A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia"*. São Paulo Cosac & Naify. 552 pp.
- Crutzen, Paul (2002). Geology of mankind. *Nature*, 415, 23. Disponível online em <https://doi.org/10.1038/415023a> [Consultado em 30 de março de 2025].
- Crutzen, Paul e Stoemer, Eugene F. (2000). *Newsletter*, International Geosphere Biosphere Programme (IGBP).
- Cunha, Maria Manuela Carneiro da (2019). *Preservação Ambiental e Povos Indígenas da Amazônia: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Editora Contexto.



Cunha, Maria Manuela Ligeti Carneiro da (2009). *Cultura com aspas: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify.

Da Silva, Hugmar Pains *et al.* (2020) *Impactos de grandes empreendimentos sobre a ictiofauna na Amazônia legal*. CARMINO HAYASHI DIEGO DE SOUZA SARDINHA, p. 187.

De La Rosa, F. Javier Ullaán (2000). *Los índios ticuna del Alto Amazonas ante los procesos actuales de cambio cultural y globalización*. *Revista Española de Antropología Americana*, n. 30: 291-336.

Descola, Philippe. (2012) *L'écologie des autres*. (trad.) Ana Clara Santos. "A Ecologia dos Outros". Imprensa da Universidade de Coimbra. 2022. pp. 94-96; 100-102;

Elman, Colin (2005). *Explanatory Typologies in Qualitative Studies of International Politics*. International Organization, v. 59, n. 02, spring. Cambridge University Press

Figueiredo, Dalson (2019). *Métodos quantitativos em ciência política*. Curitiba: InterSaberes.

Fundação Abrinq (2023). Um retrato da Infância e Adolescência no Brasil. São Paulo. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2022-06/um-retrato-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil.pdf> [Consultado em 3 de janeiro de 2025].

Geertz, Clifford (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Godbout, Jacques T. (1998). Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 1-14, out. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FxCGqNj5XsnrQb9MyfRhNWt/?lang=pt> [Consultado em 3 de janeiro de 2025].

Lima, Luiza de Nazaré Matos e Barbosa, Pricila Faulhaber. (2000) *De Ticuna a Maguta: um estudo sobre o universo Ticuna*. In Seminário de Iniciação Científica do Museu Goeldi, 8, Belém. Livro de resumos. Belém: MPEG.

Lima, R. S. (2020). *Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. *Revista de Estudos Amazônicos*, 18(2), 50-73.

Little, Paul Elliot (2021). *Amazônia: territórios indígenas e conservação ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.

Maldonado, Manuel Areas (2017). *Antropoceno. La política en la era humana*. Casa del Libro

Malm, Andreas (2020). *Capital fóssil. El auge del vapor y las raíces del calentamiento global*. Madrid: Capitán Swing.

Moutinho, P. (2006). *Biodiversidade e Mudança Climática sob um Enfoque Amazônico*. In: Rocha, C. et. al. *Biologia da Conservação: Essências*. São Carlos. RIMA. Disponível em: <https://ipam.org.br/entenda/como-o-desmatamento-contribui-para-as-mudancas-climaticas/> [Consultado em 18 de março de 2024]

Museu Nacional/UFRJ SEC/MEC/SEPS/FNDE (1985). *Memórias Futuras Edições*. Rio de Janeiro.

Oliveira, Hávila Borges e Mondardo, Marcos Leandro (2014) *As Relações Fronteiriças entre Brasil e Colômbia*. Porto Alegre: Editora Letra1.



Posey, Darrell A. (1999). *"Cultural and Spiritual Values of Biodiversity"*– um dos trabalhos mais influentes sobre a relação entre os povos indígenas e a biodiversidade.

Presidência da República (2024). *Meio ambiente*. Notícias Internacionais publicadas em 17/6/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/plano-amazonia-seguranca-e-soberania-sera-fortalecido-com-injecao-de-r-318-milhoes> [Consultado em 4 de outubro de 2024].

Ramos, Alcida Rita (1998). *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*". Wisconsin: The University of Wisconsin, Press. 336 pp.

Sachs, Jeffrey (2015). *A era do desenvolvimento sustentável*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, R. V. (2019). *Os povos indígenas e a proteção da biodiversidade na Amazônia*. Belém: Editora UFPA.

Soares, Marília Facó. (2008). *Língua/linguagem e tradução cultural: algumas considerações a partir do universo Ticuna*. Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências Humanas 3(1) abr 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/JSywxwWYrcGMHhw3dvzDbFN/?lang=pt> [Consultado em 10 março de 2025]. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000100005>

Steffen, Will et al (2015). Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science Journals*, VOL 347 ISSUE 6223, February.

Nosso Povo (s.d.). *Estudios Tikuna*. Estudo produzido pelo Grupo Nosso Povo. Não publicado.

UNDP (2020). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020 A próxima fronteira O desenvolvimento humano e o Antropoceno*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2020overviewportuguese.pdf> [Consultado em 19 de março de 2025].

United Nations. (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nova York: ONU.

Viana, Dayane Lima, & Margotti, Felício Weslling (2021). *O plurilinguismo no contexto da tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru: aspectos etnográficos das línguas em contato em Tabatinga-am*. *Humanidades & Inovação*, 8(66), 38-48. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/141> [Consultado em 10 março de 2025].